



Renan Calheiros: “Estão desobstruídos os canais de negociação entre governo e oposição”

“Confronto deu lugar à negociação”

O Senado conseguiu “substituir o confronto pela negociação” entre governo e oposições, ao reunir na quarta-feira o ministro da Fazenda, Guido Mantega, e líderes partidários da Casa e da Câmara. A afirmação é do presidente do Senado, Renan Calheiros, em entrevista. **Página 3**

PSDB e DEM reagem a medidas provisórias

Partidos da oposição prometem boicotar votações e recorrer ao Supremo Tribunal Federal se MPs sem caráter de urgência e relevância forem colocadas em votação no Senado. **Página 6**

Mais habitação para quem ganha menos

Projeto de Pedro Simon aprovado pela Comissão de Desenvolvimento Regional amplia Programa de Habitação Popular para quem ganha até cinco salários mínimos. **Página 7**

Maioridade aos 16 anos passa na CCJ e vai a Plenário



Antonio Carlos (E), presidente da CCJ, conversa com o relator da proposta, Demostenes Torres



Contrária à redução da maioria, Patrícia Saboya diz que jovens são responsáveis por apenas 10% dos crimes



Autor de uma das propostas, Magno Malta sustenta a necessidade de reduzir a maioria para combater a criminalidade

Projeto estabelece que, antes da responsabilização criminal, jovens acusados sejam submetidos a exame para determinar se eles têm ou não discernimento dos atos delituosos cometidos

A Comissão de Justiça encerrou ontem uma polêmica iniciada em fevereiro, ao aprovar por 12 votos a 10 proposta de emenda constitucional que reduz de 18 para 16 anos a maioria penal. Mas a controvérsia está longe de terminar no Senado: o governo quer derrubar a proposta em Plenário, que deverá votá-la em dois turnos. O relator, Demostenes Torres, afirmou que jovens entre 16 e 18 anos têm capacidade de discernir atos delituosos. O líder governista Romero Jucá previu que a matéria terá longa tramitação, durante a qual serão apresentadas emendas. **Páginas 4 e 5**

Comissão aprova projeto que exclui do cálculo da renda familiar *per capita* pensão ou aposentadoria no valor de um salário mínimo paga a qualquer integrante da família

Proposta amplia concessão de benefício a pessoas carentes

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou por unanimidade substitutivo de Papaléo Paes (PSDB-AP) a projeto de Paulo Paim (PT-RS) que exclui do cálculo da renda familiar *per capita* – utilizado para a concessão do benefício de prestação continuada – a aposentadoria ou pensão no valor de um salário mínimo já paga a qualquer membro da família.

Esse benefício, no valor de um salário mínimo, é garantido pela Constituição a pessoa com deficiência sem limite de idade e a idoso com mais de 65 anos que comprovem não ter condições econômicas de se manter.

A proposta (PLS 169/05), que altera a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas, Lei 8.742/93), ainda voltará à comissão para votação em turno suplementar, uma vez que foi aprovada na forma de substitutivo e receberá decisão terminativa da CDH.



Lucena e Paim durante reunião da CDH que aprovou identificação táctil em cédulas de real

A comissão aprovou ainda, em turno suplementar, substitutivo a projeto do ex-senador Paulo Octávio que obriga a inclusão, nas cédulas de dinheiro, de elemento táctil que possibilite a diferenciação das notas por pessoas com deficiência visual (PLS 90/03).

A CDH também acatou dois requerimentos para a realização de audiências. Um deles, de Paim, pretende que sejam debatidas questões relativas ao Dia Mundial de Combate à Violência

contra o Idoso.

O segundo, de Fátima Cleide (PT-RO), solicita audiência com a finalidade de instruir projeto de lei da Câmara que torna crime a discriminação e o preconceito contra os homossexuais (PLC 122/06). Devem ser convidados para esse debate o secretário de Direitos Humanos da Presidência da República, Paulo de Tarso Vanucchi; a procuradora da República Ela Wiecko; e o advogado Paulo Fernando Melo.

Fornecimento de medicamentos será debatido na CDH

Integrantes da Comissão de Direitos Humanos deverão reunir-se com a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Ellen Gracie, e com o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, para debater decisão do tribunal que reduz o fornecimento de medicamentos a portadores de doenças graves e crônicas.

A proposta faz parte do relatório de Flávio Arns (PT-PR), aprovado ontem pela CDH, sobre denúncia

apresentada à comissão por 13 entidades representativas de pessoas com doenças crônicas.

Essas entidades não concordam, explicou o senador, com decisão do STF que limita a responsabilidade do estado de Alagoas ao fornecimento dos medicamentos listados na Portaria 1.318, do Ministério da Saúde, pois afirmam que a portaria não contempla todos os medicamentos necessários ao tratamento de doenças graves.

Arns ressaltou que há gestores estaduais de saúde considerando que a decisão do STF é aplicável a todas as unidades da Federação, e não apenas a Alagoas.

A CDH deverá realizar ainda audiência para discutir o assunto com o ministro da Saúde e com representantes do Ministério Público e das entidades que compõem o Movimento pela Vida – Brasil, Mostra a tua Cara, com a finalidade de aprofundar o tema.

Eleito para presidir subcomissão, Lucena quer debater lixo urbano

Cícero Lucena (PSDB-PB) foi eleito por aclamação, ontem, presidente da Subcomissão Temporária para a Discussão sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos. Para a vice-presidência foi escolhido João Ribeiro (PR-TO).

Lucena afirmou que seu papel será coordenar, na subcomissão, os debates relacionados ao tratamento do lixo nas cidades em que os resíduos sólidos têm repercussões sociais e econômicas para as comunidades, além de discutir a questão ambiental.

O presidente da subcomissão disse que aproveitou uma viagem à China na semana passada para obter informações sobre o tratamento de lixo naquele país.

– Vi equipamento lá fabricado para reciclagem de pneus. O resíduo de borracha é utilizado na fabricação de tapetes para carros e pisos para quadras de esporte, pistas de corrida e calçadas. Há outro equipamento usado para transformar entulho da construção civil em blocos, ladrilhos e

outros materiais de construção.

Lucena ainda informou que a subcomissão promoverá audiências para discutir alternativas de aproveitamento dos resíduos e elaborará a legislação necessária para favorecer principalmente as prefeituras menores.

João Pessoa

Em Plenário, Cícero Lucena falou sobre o projeto Lixão do Roger – implantado por ele, como prefeito de João Pessoa, em 2003 –, que criou alternativas econômicas e sociais para 180 famílias que viviam como catadoras de lixo.

De acordo com o senador, os ex-catadores tornaram-se agentes ambientais e passaram a trabalhar em cooperativa destinada à coleta do lixo. Essas pessoas, que antes moravam em barracos em torno do lixão, foram transferidas para uma vila popular com água, esgoto, escola e creche.

O local onde ficava o lixão foi modificado com a criação de um aterro sanitário e com o plantio de árvores e urbanização.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário

A sessão de hoje, às 9h, é destinada a debates dos senadores. Não há votação de propostas. O Plenário retoma os trabalhos na próxima quarta-feira, às 10h, com sessão especial para homenagear o trabalhador brasileiro pela passagem do 1º de Maio, Dia do Trabalho.

Exposição

Último dia da exposição Cidades da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), na Senado Galeria. A mostra, composta de gravuras do Arquivo Histórico Ultramarino, comemora os dez anos de criação da CPLP.

Rádio digital

Hoje, a Rádio Senado transmite, às 20h, reportagem sobre as perspectivas do rádio digital e as vantagens que essa tecnologia pode oferecer aos ouvintes. O especial terá reprises no sábado, às 10h, e no domingo, às 17h.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim e Bruno Bazílio
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Site: www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Gerson Camata e Jayme Campos



João Tenório vê “um caráter cada vez mais policialesco” nas ações da Receita

Para João Tenório, Receita Federal concentra poderes

João Tenório (PSDB-AL) criticou ontem o que considerou como um “movimento preocupante de crescimento excessivo do poder da Receita Federal”. Para o senador, além de o Brasil ter uma das mais altas cargas tributárias do mundo, próxima de 40% do PIB, vivencia um período em que as atribuições e procedimentos da administração fazendária nacional têm evidenciado “um caráter cada vez mais policialesco”.

O veto à Emenda 3, aprovada pelo Congresso Nacional no projeto que criou a Super-Receita; a colocação de entraves ao funcionamento dos conselhos de contribuintes; e a tentativa de aprovar projeto sobre uma nova Lei de Execução Fiscal do Ministério da Fazenda seriam, na opinião do senador, ações do governo federal que tendem a agravar o desequilíbrio na relação entre o fisco e os contribuintes.

Maciel participa da abertura do encontro da Abel

Marco Maciel (DEM-PE) participou ontem da solenidade de abertura do 9º Encontro da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo (Abel), no auditório do programa Interlegis, comunidade virtual do Poder Legislativo. Durante a cerimônia, foram entregues diplomas de “Amigo da Abel” para as assembleias legislativas dos estados de Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O diretor-geral do Senado, Agacieli Maia, também recebeu o diploma das mãos de Maciel. O encontro continua hoje.

O senador frisou a importância das atividades do Interlegis, da Abel, do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), sobretudo na integração do Poder Legislativo e no aperfeiçoamento dos servidores quanto às novas tecnologias da informação.

Presidente do Senado elogia acordo firmado entre líderes partidários das duas Casas e o ministro da Fazenda sobre a Emenda 3 e anuncia retomada das votações de projetos do PAC

Renan: “Senado substituiu o confronto pela negociação”

O Senado conseguiu, “mais uma vez, substituir o confronto pela negociação” entre o governo e as oposições, ao reunir na quarta-feira o ministro da Fazenda, Guido Mantega, e líderes partidários da Câmara e do Senado. A afirmação foi feita ontem presidente do Senado, Renan Calheiros, em entrevista aos veículos de comunicação da Casa.

A reunião a que se referiu Renan Calheiros levou a um acordo sobre o veto do presidente Lula à chamada Emenda 3 ao projeto que criou a Super-Receita. Ficou acertado entre os líderes e o ministro que o governo apresentará novo projeto para detalhar como será feita a cobrança de impostos de empresas criadas por profissionais para prestar serviços a uma empresa maior. O acordo prevê que, nessa situação, a pessoa jurídica prestadora de serviço pagará alíquota adicional à Previdência Social, além dos 15% de imposto sobre o lucro presumido.

– O governo demonstrou disposição para o diálogo e o acordo resolve 70% dos problemas. Com isso, estão desobstruídos os canais de negociação entre governo e oposição e, como resultado, as votações dos vetos feitos ao projeto da Super-Receita deixam de ser prioridade. A oposição entende o acordo como satisfatório. Foi um avanço do ponto de vista da democracia e do ponto de vista político – afirmou Renan.

Segundo o presidente do Senado, os líderes entenderam que a votação do veto criaria mais



Renan (D) fala em entrevista a jornalistas dos veículos de comunicação do Senado

demandas judiciais – o governo pretendia recorrer ao Supremo Tribunal Federal caso as oposições conseguissem derrubar o veto do presidente da República. Já o ministro Guido Mantega reconheceu que o projeto que substituiu a Emenda 3, enviado pelo governo à Câmara, é limitado e não resolve todos os problemas. Por isso, haverá novo projeto.

Reaberto o diálogo, Renan Calheiros anunciou que vai convocar sessão do Congresso, na próxima semana, para votar o Projeto de Lei do Congresso 1/07, integrante do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O Senado já aprovou duas medidas provisórias do PAC e está recebendo as últimas MPs aprovadas pelos deputados.

O senador também pretende colocar em votação os projetos do pacote antiviolação aprovados na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Ao comentar o projeto aprovado ontem

pela CCJ, que baixa de 18 para 16 anos a maioria para efeitos criminais, Renan observou que tal mudança sozinha não resolverá as questões de criminalidade do país. Para ele, os problemas de segurança têm conotações sociais, acentuando-se com a impunidade, com a falta de dinheiro, com as dificuldades de investigação e com a legislação antiquada, que precisa ser modernizada.

Sudene e Sudam

O presidente do Senado informou ainda que o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, se reunirá com líderes partidários daqui a duas semanas para retomar a discussão de vetos que o presidente Lula fez a projetos que tratam das superintendências de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene). O governo argumenta que são vetos técnicos, mas alguns senadores acreditam que eles podem afetar a política de desenvolvimento regional.

Mudança em sessão plenária aumentará produtividade

As mudanças a serem implementadas nas sessões deliberativas do Senado, anunciadas em Plenário, têm por objetivo melhorar a produtividade dos trabalhos legislativos, esclareceu ontem o presidente da Casa, Renan Calheiros. A afirmação foi feita durante a entrevista aos veículos de comunicação do Senado.

– A redução no tempo dos discursos, seguindo o que determina o regimento, visa dar maior produtividade aos trabalhos e evitar que as sessões se prolonguem indefinidamente – explicou.

A mudança no horário previsto para início da ordem do dia das sessões, das 16h para as 14h, quando houver acordo para tal, afirmou, é outra proposta que agilizará a apreciação das matérias.

Plenário homenageia o marechal Cândido Rondon

O Senado vai realizar na próxima quarta-feira uma sessão de homenagem ao centenário da Comissão Rondon, destinada também a reverenciar a memória do marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, em data alusiva ao 142º aniversário de seu nascimento. A sessão ocorrerá no horário do expediente, antes da votação das matérias previstas na ordem do dia, a requerimento do senador Jayme Campos (DEM-MT).

Rondon é citado por historiadores como pesquisador, desbravador de terras, indigenista e realizador de obras importantes para o país, como linhas telegráficas e mapeamentos de terrenos. Ficou conhecido também por ter mantido relações cordiais com os índios.



Células-tronco embrionárias abrem “nova fronteira na pesquisa”, afirma Valadares

Valadares defende pesquisa com células-tronco

O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) defendeu ontem as pesquisas com células-tronco embrionárias. Ele observou que essas células, que seriam capazes de se transformar em qualquer tecido do corpo humano, abrem “uma nova fronteira na pesquisa médica” e trazem a promessa do tratamento de uma série de doenças incuráveis, como Alzheimer e Parkinson.

Segundo Valadares, é nas células-tronco embrionárias que se concentram as maiores expectativas terapêuticas. Ele lembrou que o assunto está sendo discutido no Supremo Tribunal Federal, que julga ação direta de inconstitucionalidade contra o artigo 5º da Lei de Biossegurança (Lei 11.105/05). A lei libera a pesquisa com embriões de clínicas de reprodução assistida, congelados há pelo menos três anos e destinados ao descarte.

Executivo deverá acompanhar trabalho de comissão

A Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas aprovou ontem três requerimentos. O primeiro deles, do senador Fernando Collor (PTB-AL), pede a presença de representantes dos ministérios das Relações Exteriores e do Meio Ambiente para acompanhar as reuniões da comissão.

Outro requerimento, do deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO), determina a tradução e a publicação, pelo colegiado, dos dois relatórios sobre aquecimento global produzidos pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), entidade vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU).

O terceiro requerimento decide pelo envio de representante da comissão a seminário sobre as mudanças climáticas organizado pelo jornal Valor Econômico, em 9 de maio.

Proposta que prevê a responsabilidade criminal de adolescentes entre 16 e 18 anos de idade será submetida agora a dois turnos de votação em Plenário

CCJ aprova maioria penal aos 16 anos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, depois de quase três horas de debate, parecer favorável à redução da maioria penal de 18 para 16 anos de idade. O substitutivo do senador Demostenes Torres (DEM-GO), relator das seis propostas de emenda constitucional (PECs) sobre o assunto, contou com 12 votos favoráveis e 10 contrários.



ACM dirige reunião da Comissão de Justiça, que acolheu proposta com 12 votos favoráveis e 10 contrários

A proposição, que agora vai ao exame do Plenário para dois turnos de discussão e votação, recebeu alterações, na véspera, que abrandaram o relatório original. Com a mudança, jovens entre 16 e 18 anos, para serem responsabilizados criminalmente, deverão passar antes por exame psicobiológico que determinará se têm discernimento do ato delituoso cometido. O laudo técnico deverá ser emitido por junta nomeada pelo juiz.

Reclusão

Quando condenados por crimes hediondos, como assassinato por roubo, seqüestro e tráfico de drogas, os jovens terão de cumprir pena de prisão. No caso de crimes brandos, serão aplicadas penas alternativas, de caráter socioeducativo. Outra alteração feita pelo relator determina que, nos casos de pena com restrição de liberdade, os jovens devem ficar em local distinto dos presos com idade acima de 18 anos.

Demostenes revelou que, ao promover as últimas alterações do texto, acolheu sugestões de Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Jefferson

Péres (PDT-AM). No voto apresentado, o relator acolhe a PEC 20/99, que tem como primeiro signatário o então senador José Roberto Arruda, com emenda ao texto.

Foram rejeitadas as PECs 18/99, apresentada por Romero Jucá (PMDB-RR); 3/01, outra que também tem Arruda como primeiro signatário; e 26/02, liderada pelo então senador Iris Rezende. Entre as propostas com voto pela rejeição, constam ainda as PECs 90/03, com primeira assinatura de Magno Malta (PR-ES); 9/04, de iniciativa de Papaléo Paes (PSDB-AP); e 18/99, encabeçada por Jucá.

Controvérsia

Desde que entrou na pauta da CCJ, em fevereiro, a antecipação da maioria penal tem provocado intenso debate. Pedido de vista coletivo adiou seu exame, até apresentação de voto em separado, contrário à redução, de autoria do senador Aloizio Mercadante (PT-SP). Com a criação do grupo de trabalho para definir um pacote de medidas contra a violência, pelo colegiado, as seis PECs fo-

ram incluídas no conjunto.

A senadora Patrícia Saboya (PSB-CE) reforçou o combate à tese da redução da maioria com um segundo voto pela rejeição, para exame em separado. Na mesma linha de Mercadante, ela argumentou a inconstitucionalidade da matéria, considerando em seu relatório que a maioria fixada na Constituição, aos 18 anos, estaria entre as cláusulas pétreas (inalteráveis).

O bloco contrário à redução da idade penal sustentou em diversos momentos que a CCJ estava decidindo sobre o tema ainda sob a emoção da morte do menino João Hélio, no Rio de Janeiro, arrastado pelas ruas preso ao cinto de segurança de um carro tomado por assaltantes, um deles menor de 18 anos. Um dos argumentos foi que a criminalidade entre os jovens tem causas mais complexas e que soluções passariam por avanços na área da educação e nas condições gerais de vida das famílias.

Para Demostenes, porém, a questão da criminalidade é principalmente de fundo moral. Ele

disse que um adolescente entre 16 e 18 anos já tem capacidade de discernir sobre atos corretos ou não. Segundo o senador, é uma visão equivocada afirmar que a pobreza seja única ou determinante causa da criminalidade.

– Eu também já acreditei nisso, mas encontrei a estrada de Damasco. Se assim fosse, como explicar o crescimento da criminalidade entre jovens ricos?

Estatuto

Patrícia Saboya também alegou, entre os muitos argumentos contra a mudança, que os jovens respondem por apenas 10% do total de delitos no país, índice estável há dez anos e abaixo da média mundial, de 11,6%. Ela classificou de falha a crença de que esses crimes ficam impunes, por causa do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

– E não são excessivamente brandas as medidas previstas no ECA. Dependendo da gravidade da conduta, o adolescente pode ficar sem liberdade por até três anos, o que significa um sexto da vida de quem tem 18 anos, proporcional a uma pena de nove a seis anos de um adulto.

Com base no percentual de 10% citado por Patrícia Saboya, Demostenes projetou em cerca de 600 mil, por ano, o número de delitos cometidos por menores de 18 anos. Ressalvou, porém, que apenas 11 mil jovens ou menos, a depender do laudo biopsicológico, estariam sujeitos à restrição de liberdade com a mudança da idade penal.

Decisão foi antecedida de intenso debate sobre eficácia da medida

A discussão travada ontem na Comissão de Justiça em torno da proposta de mudança constitucional sobre a maioria penal, de redução de 18 para 16 anos, mobilizou de forma intensa os membros do colegiado. Pedro Simon (PMDB-RS), que votou contra a medida, disse que o debate envolveu argumentos fortes e sensibilidade dos dois lados, em um nível que, na sua avaliação, serve de exemplo sobre como as discussões devem ser conduzidas no Senado.

Simon confessou que já havia mudado sua posição sobre a ma-

teria diversas vezes. Ao optar pela manutenção da maioria em 18 anos, disse que estava tomando a decisão por motivo que classificou de “simples e covarde”.

– Na verdade, não adianta querermos votar essa medida se o Brasil continuar sendo o país da impunidade, onde ministros, juízes e parlamentares não são presos. Para mudar o Brasil, temos que fazer uma Operação Mãos Limpas, como na Itália.

Aloizio Mercadante observou que jovens envolvidos no tráfico de drogas como simples entregadores, como acontece nas favelas,

vão passar a ser presos, sem possibilidade de fiança.

– Com a redução da maioria penal, o crime organizado vai começar a aliciar pessoas cada vez mais jovens. O Senado não pode carregar o peso da decisão que está sendo tomada.

Jefferson Péres, que apontou excesso de emoção nos dois lados do debate, apoiou o relatório de Demostenes Torres. Disse que repelia o sentimento de culpa coletiva, segundo o qual, como afirmou, “menor que vira monstinho” sempre é uma vítima das desigualdades sociais.

– Se assim fosse, menores da alta classe média não matariam pai e mãe. O que o relator propõe é acabar com essa aberração de menor que tenha cometido crime hediondo, seja estupro, que mate ou seja reincidente, ficar sem punição.

Periculosidade

Antes do debate e votação sobre a maioria penal, a CCJ aprovou em turno suplementar, com decisão terminativa, o projeto de lei (166/07) de Mercadante que fixa critérios para separação dos presos pelo grau de periculosidade.



Suplicy diz não estar convencido da necessidade de reduzir a maioria

Suplicy: violência se combate com educação e emprego

Eduardo Suplicy (PT-SP) disse não estar convencido sobre a necessidade de se reduzir a maioria penal no Brasil, de 18 para 16 anos. O senador acredita ser mais eficaz para o combate à violência no Brasil se criarem oportunidades de educação, emprego e sobrevivência digna para as pessoas.

Nesse sentido, voltou a defender a implementação da Renda Básica de Cidadania, cuja lei foi sancionada pelo presidente Lula em 2004. Segundo Suplicy, o Bolsa-Família já é um passo na direção da renda básica.



Lúcia Vânia manifesta apreensão com proposta que antecipa imputabilidade

Lúcia Vânia alerta para danos a crianças e jovens

Lúcia Vânia (PSDB-GO) mostrou-se preocupada com danos às crianças e adolescentes resultantes da decisão da CCJ de aprovar a redução da maioria.

A senadora fez o comentário ao saudar a presença, nas galerias, de um grupo de crianças da cidade goiana de Trindade, acompanhadas de militares do Corpo de Bombeiros, vereadores e líderes comunitários.

– A presença dessas crianças aqui no Plenário do Senado traz um pouco de paz ao meu coração, que está apreensivo com a decisão da comissão.

Líder governista anuncia que tentará reverter decisão da Comissão de Justiça ao longo da tramitação de projeto que permite a prisão de adolescentes por crimes hediondos

Governo vai tentar derrubar em Plenário a redução da maioria

Apesar de a redução da maioria penal para os casos de crimes hediondos ter sido aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, a disputa – e a polêmica – em torno do tema continuará no Plenário da Casa, no qual a matéria ainda terá de ser votada. O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), anunciou que “o governo federal é contra essa proposta e vai atuar para barrar sua proposta e vai atuar para barrar seu encaminhamento”.

Jucá declarou que “haverá uma longa tramitação, na qual serão apresentadas emendas ao substitutivo de Demostenes Torres”, relator da matéria na CCJ. O líder do governo ressaltou ainda que a matéria terá de ser votada em dois turnos no Plenário.

Demostenes, por sua vez, reconheceu a dificuldade que seu texto vai enfrentar para ser novamente aprovado, mas negou que haja uma polarização entre governo e oposição quanto à questão.

– Muita gente da base do governo está do nosso lado. É algo da consciência de cada parlamentar – destacou ele.

Se for aceito no Plenário do Senado, o texto de Demostenes



Jucá considera que a maioria penal aos 16 anos é uma “vingança da sociedade”

ainda terá de ser apreciado na Câmara.

Controvérsia

A redução da maioria penal é um dos itens mais polêmicos do pacote antiviolença que vem sendo apreciado na CCJ.

Demostenes argumenta que as medidas de prevenção e recuperação de jovens delinquentes são fundamentais, mas que também é necessária a pena de prisão para “aqueles que são menores, têm mais de 16 anos e cometeram crimes hediondos”.

– Nos demais casos, devem ser aplicadas medidas socioeducati-

vas – afirmou ele, acrescentando que, “além disso, os menores com mais de 16 anos terão de fazer exame biopsicológico para se verificar se tinham capacidade de entender o que estavam fazendo”.

Por outro lado, Jucá defende uma solução que envolva a educação e a integração dos jovens infratores, “e não a vingança da sociedade, que resulta na exclusão dessas pessoas”.

Aloizio Mercadante (PT-SP), após a votação na CCJ, disse temer que a prisão e o convívio com outros criminosos sejam nocivos aos menores, em vez de promover sua recuperação.

– Dessa forma, depois de dois anos em um presídio especial, esses jovens acabariam encarcerados como chefes do crime organizado – afirmou Mercadante.

Demostenes, no entanto, disse que há um total de aproximadamente 600 mil criminosos adolescentes do país, mas o seu substitutivo estaria propondo a punição para apenas 11 mil deles, aqueles que “cometeram crimes gravíssimos”.

– É uma excepcionalidade da qual o Brasil precisa – ressaltou.

Votação sobre bloqueio de sinal de celular em presídios é adiada

Em virtude da reunião extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania realizada ontem, o presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), Marconi Perillo (PSDB-GO), decidiu adiar para quarta-feira, às 11h, a votação do projeto que obriga as empresas operadoras de serviço móvel de telefone a instalarem bloqueadores de sinais de radiocomunicações em todas as penitenciárias federais e estaduais do país.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) apresentou substitutivo incorporando sugestões feitas pela CPI do Tráfico de Armas que promovem alterações significativas no projeto original (PLS 137/06), entre as quais a que transfere para os governos estaduais e para o órgão federal de administração penitenciária a responsabilidade pela instalação, pelo custeio e pela

manutenção dos bloqueadores de celulares – por meio do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel).

O projeto, de autoria do ex-senador Rodolpho Tourinho e que faz parte do pacote antiviolença que está sendo analisado pela Casa, já foi aprovado pela CCJ e será votado pela CI semana que vem, em decisão terminativa.

O principal objetivo da proposta é evitar que presos, em especial os chefes de quadrilhas, comandem ações criminosas e apliquem golpes da cadeia para extorquir cidadãos, utilizando telefones celulares ou outros sinais de radiocomunicação.

De acordo com o projeto, caberá às operadoras prestar todos os serviços de manutenção, troca e atualização tecnológica dos bloqueadores de celulares.

A empresa que infringir as



Presidente da CI, Marconi transfere para a próxima semana a deliberação

determinações impostas estará sujeita ao pagamento de multa de no mínimo R\$ 30 mil e no máximo R\$ 150 mil.

Substitutivo

O substitutivo de Flexa Ribeiro determina ainda que a implantação de novos estabelecimentos penitenciários, estaduais e federais será condicionada à instalação de bloqueadores de celulares. Demostenes Torres (DEM-GO), entretanto, anunciou que irá apresentar voto em separado, restabelecendo, na íntegra, o projeto original aprovado na CCJ.

Azeredo comemora aprovação de regime escolar integral pela CCJ

A aprovação de projetos do pacote antiviolença pela Comissão de Justiça foi comemorada por Eduardo Azeredo (PSDB-MG). O senador destacou especialmente a proposta de emenda à Constituição por ele relatada que prevê a obrigatoriedade do ensino fundamental em período integral em todo o país até 2022.

– Esse projeto [PEC 94/03], de Demostenes Torres [DEM-GO], ataca a origem de todos os problemas de segurança no Brasil, que, não tenho dúvida, é a questão da educação – afirmou.

Azeredo se referiu também a emenda de sua autoria à PEC (que ainda deverá ser apreciada pela Comissão de Educação e pelo Plenário) aumentando em



Rosevelt Brito

Para Azeredo, os problemas de segurança são originados pelos da educação

um ponto percentual as verbas do Fundo de Participação dos Municípios. O aumento só será recebido a partir do momento em que pelo menos 75% das crianças em idade escolar do município estejam freqüentando o ensino fundamental em tempo integral.

Casagrande elogia plano do governo para a educação

Renato Casagrande (PSB-ES) avaliou que o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) lançado pelo governo “é um passo importantíssimo para que a educação brasileira reverta o quadro negativo e ocupe índices de avaliação compatíveis com os países mais desenvolvidos”.

– Mais que formar uma elite do saber, conforme o presidente Lula disse, o programa tem o



Casagrande acredita que o PDE vai reverter quadro negativo da educação

compromisso e a obrigação de dar cidadania aos brasileiros, especialmente aos mais carentes.

Na opinião do senador, o plano tem “pontos de excelência, como a instalação de 150 escolas técnicas em 150 cidades-pólo até 2010”.

Lançamento de selo celebra o centenário do Movimento Escoteiro

O centenário de fundação do Movimento Escoteiro foi comemorado ontem com o lançamento de um selo dos Correios.

– O movimento contribui para o desenvolvimento e a formação dos jovens, para sua independência e afirmação da personalidade – disse Flávio Arns (PT-PR), presidente da União Parlamentar Escoteira do Brasil (Upeb).

No Brasil, o escotismo foi lançado em 1910 e hoje conta com

70 mil adeptos. No mundo, são mais de 28 milhões de membros, em 216 países e territórios.

Também participaram da cerimônia – realizada na sede do programa Interlegis – 85 escoteiros; Garibaldi Alves (PMDB-RN); o diretor comercial dos Correios, Samir Hatem; o secretário da Upeb, deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR); e o presidente da União dos Escoteiros do Brasil e vereador por Curitiba, Paulo Salamuni.



Samir Hatem, Fruet, Arns, Salamuni e a escoteira Carolina Torres durante o evento

Lindomar Cruz



Agripino afirma que pressão oposicionista garantiu leitura de requerimento

Agripino nega acordo para adiar CPI do Apagão Aéreo e indica membros do DEM

O senador José Agripino (RN), líder do Democratas, negou que tenha havido acordo com o governo para adiar a instalação da CPI do Apagão Aéreo no Senado. Agripino rebateu manchetes da imprensa, que anunciou o suposto acordo após reunião realizada na terça-feira.

– Fizemos acordo com os líderes para fazer funcionar a CPI e

garantir o direito da minoria, não para adiar – disse.

Agripino explicou que concordou com o prazo de 20 dias para evitar um impasse, já que alguns partidos poderiam simplesmente não indicar os membros – segundo ele, o Regimento Interno do Senado é omissivo em relação a uma data limite para a composição.

Os senadores do DEM que vão integrar a CPI já estão definidos: Antonio Carlos Magalhães (BA) e Demostenes Torres (GO), além do próprio Agripino, como titulares, e Raimundo Colombo (SC) e Romeu Tuma (SP), como suplentes.

Agripino acrescentou que a reunião de terça-feira foi tensa, e que a pressão da oposição, “em

muitos momentos intransigente”, foi fundamental para assegurar que o requerimento de criação da CPI fosse lido no Plenário do Senado antes da decisão do STF sobre a instalação da CPI do Apagão na Câmara dos Deputados.

Em aparte, Mão Santa (PMDB-PI) cumprimentou Agripino por “reproduzir os grandes líderes oposicionistas da história”.

Maciel quer consolidação de lei eleitoral

Ao cumprimentar o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pelo lançamento de três livros que tratam da Lei 9.054/97, também chamada de Lei Permanente das Eleições, o senador Marco Maciel (DEM-PE) disse que já é necessário iniciar o processo de consolidação da legislação eleitoral e partidária. Ele assinalou que “consolidar”, neste caso, é sinônimo de “simplificar”, para que o cidadão saiba quais leis estão em vigor e como cumprí-las.

O senador acrescentou que os livros foram editados pela Escola Judiciária Eleitoral e abrangem as instruções do TSE, com resoluções complementares e alteradoras, de decisões daquela corte e do STF, da prestação de contas das campanhas eleitorais e das pesquisas e testes eleitorais.

Para Maciel, a Lei 9.054/97 corrigiu o mau hábito de, a cada eleição, editar-se uma lei específica, criando quadros caóticos em que não havia jurisprudência para julgar novos casos.

– A reforma política em discussão no Congresso, inclui, agora, muitos pontos que permitirão aperfeiçoar ainda mais os procedimentos eleitorais. O debate rico esmiuçará a validade das propostas, que incluem o financiamento público dos pleitos, a proibição das coligações proporcionais, a redução do tempo das campanhas, as listas que se denominam de “pré-ordenadas”, a vedação das reeleições e muitos outros itens.



Segundo Marco Maciel, cidadão precisa conhecer as leis e cumprí-las

Virgílio anuncia reação do PSDB e do DEM a medidas provisórias

Senadores da oposição prometem boicotar votações e recorrer ao Supremo quando forem colocadas em pauta MPs sem caráter de relevância e urgência

Quando for colocada para deliberação do Senado qualquer medida provisória considerada pelos tucanos e democratas como não relevante e não urgente, os integrantes dos dois partidos deixarão o Plenário. Se o governo conseguir quórum para votar a matéria, os senadores oposicionistas regressarão e votarão contra. Caso a MP seja aprovada, o DEM e o PSDB entrarão no Supremo Tribunal Federal (STF) com uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) contra a medida. O anúncio foi feito ontem pelo líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM).

– Essa nos pareceu, aos democratas e aos tucanos, a forma mais correta de darmos um basta a esse festival de medidas provisórias que impedem a prática legislativa correta. O quadro está montado de maneira tão maquiavélica que quando rejeitamos uma MP, além



Virgílio espera que governo reduza edição de MPs e discuta projeto de nação

de enfrentarmos um ou outro dizendo que votamos contra a educação ou a saúde, essa rejeição não tem efeito prático.

Expectativa

Virgílio explicou que para a rejeição de uma MP provocar um efeito concreto seria necessária a aprovação na Câmara e no Senado, em um prazo máximo de 60 dias, de um projeto de decreto

legislativo anulando os efeitos da MP. Ele registrou que isso é impossível, pela falta de tempo. Virgílio disse esperar que a reação anunciada pelo seu partido e pelo Democratas convença o governo federal a reduzir o número de edição de medidas provisórias e a discutir com o Congresso um projeto de nação.

Em aparte, o senador José Agripino (DEM-RN) solicitou aos partidos que têm direito a indicar membros para a chamada CPI do Apagão Aéreo que o façam o mais rapidamente possível. Arthur Virgílio indicou para compor a CPI, pelo PSDB, Sérgio Guerra (PE) e Mário Couto (PA) como titulares e Tasso Jereissati (CE), além dele próprio, para suplentes. Por sua vez, Sérgio Guerra opinou que o fato de a Câmara e o Senado aceitarem passivamente a edição de tantas medidas provisórias reduz o Legislativo a “quase nada”.



Jayme Campos promete exercer “mandato baseado na ética”

Jayme Campos agradece apoio de senadores

Jayme Campos (DEM-MT) agradeceu ontem o apoio que recebeu em Plenário durante o discurso que fez na quarta-feira para se defender da acusação de que teria ligação com grileiros de terras. Ele classificou de “irresponsável” o juiz federal Julier Sebastião da Silva, da 1ª Vara de Mato Grosso, que aceitou a denúncia do Ministério Público, e enviou o inquérito ao Supremo Tribunal Federal (STF), uma vez que o mandato de senador lhe garante foro privilegiado.

– Quero agradecer o apoio que recebi dos senadores, e em especial do povo de Mato Grosso, a quem prometo honrar com um mandato baseado na ética – afirmou o parlamentar, que havia recebido o apoio de 16 senadores.

Jayme Campos foi denunciado pelo procurador da República Mário Lúcio Avelar, que pediu ao Supremo para investigar sua eventual intervenção na tentativa de fazer retornar ao Cartório do 1º Ofício de Barra do Garças a tabeliã Helena da Costa Jacarandá, afastada sob a acusação de pertencer a organização criminosa. O nome do senador teria sido citado em conversa telefônica interceptada por ordem da Justiça.

Em seu discurso na quarta-feira, Jayme Campos desafiou “qualquer pessoa sensata” a provar que algum dia ele tenha pedido a órgãos públicos a titulação de terras públicas devolutas.

Jefferson: escândalos envolvendo os três Poderes “são deprimentes”

Jefferson Péres (PDT-AM) disse que “são deprimentes” os escândalos envolvendo os Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo. Ele observou que o seu estado de espírito em relação ao Brasil “é ciclotímico”, oscilando entre o otimismo e o abatimento.

– A falta de ética, infelizmente, está em todos os Poderes, até naquele que deveria ser o mais ético de todos: o Judiciário.

Jefferson perguntou se os tribunais não fazem um acompanhamento das sentenças dos juizes, e questionou o que faz o Conselho Nacional de Justiça. Ele também perguntou aos demais senadores

se sabiam de algum caso de punição de desembargadores em seus estados. O senador criticou a decisão do ministro Cezar Peluso, do Supremo Tribunal Federal (STF), de desdobrar o processo gerado pela Operação Furacão da Polícia Federal, para livrar da prisão os membros do Judiciário.

– Será que esse juiz não viu que essa decisão passa para a sociedade que somos um país de privilégios? – indagou.

O senador ainda mencionou o escândalo das verbas indenizatórias na Câmara dos Deputados. A reação esperada pela sociedade,



Jefferson: estado de espírito oscila entre o otimismo e o abatimento

disse ele, seria a abertura de uma investigação para apurar gastos como os R\$ 2,5 milhões em combustível.

– Mas não. Eles se reuniram e decidiram punir a imprensa para defender a imagem da Câmara. Ora, quem está sujando a imagem é quem usou essa verba.



Polícia Rodoviária Federal também anunciou greve, alerta Mão Santa

Mão Santa pede solução para greve da Polícia Federal

O senador Mão Santa (PMDB-PI) leu ontem, em Plenário, carta do Sindicato Nacional dos Servidores da Polícia Federal reiterando a pretensão manifestada pela categoria ao ministro da Justiça, Tarso Genro, de permanecer em greve por 48 horas, caso o governo não se manifeste sobre suas reivindicações.

Entre as exigências, destacou o senador piauiense, consta uma proposta de reestruturação da categoria. Mão Santa espera que o governo federal apresente uma solução para breve, em razão da importância dos serviços que o quadro de funcionários da Polícia Federal presta à população brasileira.

O senador lembrou que a Polícia Rodoviária Federal também anunciou greve, protestando contra a redução de R\$ 500, em média, na remuneração da categoria.

Médico piauiense

Mão Santa (PMDB-PI) fez ainda homenagem ao médico e agropecuarista Odival Coelho Rezende, que faleceu na terça-feira, em Teresina. Natural de Piri-piri, ele exerceu a carreira de cirurgião em Parnaíba – cidade natal do senador –, onde era proprietário de um hospital.

O médico formou-se no Rio de Janeiro e, na década de 1970, foi convidado pelo grupo político do ex-senador e atual deputado Alberto Silva para ser prefeito. “Homem sábio e competente”, observou Mão Santa, Odival Rezende recusou o convite para ingressar na política.

– Ó Deus, receba o mais ilustre piauiense e o melhor cirurgião do país – apelou o senador, ao mencionar ainda trechos de obras de Shakespeare, como A megera domada, Hamlet e Júlio César, relacionadas ao ato de morte.

O requerimento de pesar e condolências à família do médico e agropecuarista piauiense foi lido em Plenário na quarta-feira.

Cooperativas, associações, construtoras e pessoas físicas poderão se candidatar a recursos do Programa de Habitação Popular, conforme projeto aprovado pela CDR

Comissão aprova mais casa para quem ganha menos

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou ontem, por unanimidade, em caráter terminativo, projeto que altera dispositivos da lei que criou o Programa Especial de Habitação Popular (Pehp), como forma de aumentar a oferta de habitações para a população de menor poder aquisitivo. A proposta, do senador Pedro Simon (PMDB-RS), contou com o voto favorável do relator da matéria, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN). A reunião foi coordenada pela presidente do colegiado, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO).

O projeto (PLS 351/05) dá nova redação aos artigos 2º e 7º da Lei 10.840/04, determinando que o Pehp deverá oferecer acesso a moradia adequada aos segmentos populacionais de renda familiar mensal de até cinco salários mínimos, em vez dos três salários mínimos previstos atualmente. Outra novidade é que as ações a serem financiadas com recursos do programa poderão ser apresentadas e executadas por cooperativas, associações locais e mutirões habitacionais, além de empresas construtoras e até mesmo individualmente.

Além de serem destinados à produção ou aquisição de unidades habitacionais ou lotes urbanizados, os recursos do Pehp também são destinados à compra de material de construção e à urbanização de assentamentos.

De acordo com o projeto, o Distrito Federal, estados e muni-



Pedro Simon (E), Flexa Ribeiro, Patrícia Saboya e Rosalba Ciarlini na reunião do colegiado

cípios deverão criar um conselho de habitação popular, do qual participarão representantes do poder público e da sociedade organizada. O conselho irá deliberar sobre a alocação dos recursos do Pehp; analisar e aprovar as propostas a serem financiadas com recursos do programa; e fiscalizar a execução das ações e dos projetos.

A proposição acrescenta ainda artigos à lei atual, estabelecendo que o aporte de recursos do Pehp a projetos, individuais ou coletivos, de construção de imóveis constitui subsídio público direto à aquisição da casa própria, devendo ser abatido do preço final ao tomador de empréstimo. As habitações individuais deverão ter, obrigatoriamente, área construída superior a 50 metros quadrados.

Os imóveis adquiridos com recursos do Pehp não poderão ser transmitidos, doados ou dados em pagamento pelo prazo de dez

anos, responsabilizadas as partes contratantes e os oficiais de registro, em caso de inobservância dessa regra.

Vista

Na mesma reunião, o senador João Pedro (PT-AM) apresentou pedido de vista do projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) que institui o Fundo de Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária do Rio Grande do Sul (PLS 39/03). A matéria recebeu voto favorável do relator, senador Pedro Simon.

Já o PLS 331/06 foi retirado da pauta da comissão a pedido do relator da proposição, senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), que é favorável à aprovação do projeto com emendas. O texto, da senadora Roseana Sarney (PMDB-MA), propõe a redução da contrapartida dos municípios de até 25 mil habitantes nos convênios de transferência da União para obras de saneamento.

Dirigentes da Suframa são convidados para debate

Dois requerimentos do senador João Pedro (PT-AM) relacionados à Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) foram aprovados ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). O primeiro solicita o envio de convite à direção da autarquia para que exponha na comissão os dados relativos ao desempenho, estratégias e percalços daquele modelo econômico regional.

Em sua justificativa, João Pedro alega que o debate poderá ser útil para a instrução do exame da Medida Provisória (MP) 352/07. A proposição, que integra o Pro-

grama de Aceleração do Crescimento (PAC), cria incentivos às indústrias de equipamentos para a TV digital e de componentes eletrônicos semicondutores, além de dispor sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados. A MP já tramitou na Câmara e foi encaminhada ao Senado, transformada em Projeto de Lei de Conversão 11/07, mas ainda não foi lida em Plenário para dar início à tramitação.

O segundo requerimento do parlamentar propõe a formação de comitiva especial de senadores com a finalidade específica

de visitar o Pólo Industrial de Manaus (PIM), a Suframa, instituições de ensino, pesquisa e inovação tecnológica e entidades representativas dos empresários e dos trabalhadores.

Semana de turismo

Também foi acolhido requerimento da presidente da CDR, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), que solicita a participação do colegiado – em parceria com a de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados – na promoção da Semana do Turismo no Congresso Nacional, a ser comemorada entre os dias 24 e 30 de setembro deste ano.

Rosalba Ciarlini quer mais oportunidades para o interior

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) afirmou ontem que é preciso interiorizar as oportunidades no Brasil. A senadora disse que os grandes empreendimentos, ao gerar emprego e renda, não podem ficar restritos às capitais. Como exemplo do “potencial criativo” do interior, ela citou o trabalho realizado pelos artesãos da região do Seridó, no Rio Grande do Norte, e narrou sua visita à Feira do Empreendedor da cidade de Caicó, no último fim de semana.

– Aqueles homens e mulheres, que começaram, muitas vezes, num fundo de quintal, mostram que é pela força do trabalho que podemos vencer as adversidades.

Segundo a parlamentar, essas pessoas precisam ter acesso a uma infra-estrutura mínima para poderem crescer em suas atividades. Ela destacou, como providências emergenciais, a ampliação do número de escolas técnicas no interior e o microcrédito agilizado.

Ao participar da feira em Caicó, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) afirmou que o artesanato dá mostras de que vai se viabilizar. Adelmir Santana (DEM-DF) ressaltou a importância da entrada em vigor da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, em julho próximo. Os senadores José Agripino (DEM) e Mão Santa (PMDB-PI) também apartearam a senadora.

Jucá registra os 34 anos de fundação da Embrapa

Romero Jucá (PMDB-RR) registrou em Plenário o transcurso, na quarta-feira, dos 34 anos de fundação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Segundo afirmou, a estatal disporá de recursos da ordem de R\$ 1 bilhão para o seu orçamento em 2007.

O senador prestou homenagem ontem a toda diretoria, técnicos, funcionários e cientistas, em especial aos que trabalham na Embrapa Roraima, ressaltando a importância dessa unidade para o setor agropecuário e para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

– Alcançamos um estágio de reconhecimento mundial ao crescimento e à exportação da nossa produção agrícola e pecuária graças ao trabalho desenvolvido pela Embrapa ao longo desses 34 anos – salientou Jucá.

Ligado à Comissão de Assuntos Econômicos, colegiado realizará ao todo 15 audiências públicas para discutir, entre outros temas, telecomunicações, saneamento básico e aviação

Energia elétrica abre debates na subcomissão de marco regulatório

A Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios, que funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), aprovou ontem sua agenda de trabalho, com 15 audiências públicas a serem realizadas até setembro. A primeira discutirá questões relativas à energia elétrica. Nas demais audiências, serão debatidos, entre outros temas, telecomunicações, transportes, saneamento e parcerias público-privadas (PPPs).

Serão convidados para o primeiro debate, marcado para as 18h do dia 7 de maio, José Abdo, consultor e ex-presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); Cláudio Sales e Jerson Kelman, representando o Instituto Acende Brasil e a Aneel, respectivamente; Paulo Godoy, presidente da Associação Brasileira de Infra-Estrutura de



Ao lado de Raupp (D), Delcídio quer crescimento com preservação

Base (Abdib); Marcus Barros, presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); além do consultor legislativo do Senado cedido à Casa Civil, Luiz Alberto dos Santos.

Para o presidente da subcomissão, Delcídio Amaral (PT-MS), o país precisa da implementação de medidas no setor de energia elétrica para poder crescer. O esforço do colegiado, argumentou, será no sentido de buscar soluções

para evitar empecilhos ao desenvolvimento, sem esquecer o meio ambiente, “sempre com equilíbrio e bom senso”.

Sérgio Guerra (PSDB-PE) ressaltou que a pauta da subcomissão contempla grande parte dos problemas brasileiros e Inácio Arruda (PCdoB-CE) disse que o trabalho do colegiado vai trazer mais confiança aos investidores.

Foram também aprovadas audiências públicas sobre petróleo, gás natural e biocombustíveis (14/5); telecomunicações (21/5); recursos hídricos (28/5); mineração (4/6); transportes rodoviários (11/6); transportes ferroviários (18/6); portos (25/6); aviação civil (6/8); saneamento básico (13/8); meio ambiente e resíduos sólidos (20/8); agências reguladoras (27/8); PPPs (3/9); reforma trabalhista (10/9); e reforma tributária (17/9).

Para Mário Couto, relatório do TCU demonstra que governo gasta mal

Falta de planejamento, superfaturamento, falta de fiscalização e ausência de prioridades para investimentos são exemplos de ilegalidades encontradas pelos auditores do Tribunal de Contas da União (TCU) nas obras de recuperação de estradas a cargo do governo federal, revelou ontem em Plenário o senador Mário Couto (PSDB-PA).

– Este relatório prova que o

governo Luiz Inácio Lula da Silva gasta mal – frisou.

Mário Couto observou que a administração petista aportou R\$ 2 bilhões em 2006 para consertar rodovias, mas 69% delas ainda são consideradas ruins ou regulares. De acordo com o Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada (Sinicon), as estradas federais exigiriam investimentos de R\$ 33 bilhões para saírem



Obras feitas pelo governo não melhoram situação das rodovias, diz Mário Couto

do atual estado de deterioração e o dobro para ficarem em boas condições.

Serys quer Mato Grosso integrando a Amazônia Legal

Serys Slhessarenko (PT-MT) apelou ao senador Jonas Pinheiro (DEM-MT) pela retirada do projeto que exclui o estado de Mato Grosso da região classificada como “Amazônia Legal”, onde as áreas consideradas reserva ambiental devem ter 80% de seu território preservado. O projeto (PLS 5/07), explicou a



Serys pede a Jonas que retire projeto que insere o estado no bioma Cerrado

senadora, insere o estado no bioma Cerrado, no qual a exigência de preservação nas áreas de reserva ambiental cai para 35%. Serys teme que a mudança dei-

xe Mato Grosso vulnerável ao desmatamento para exploração econômica, contribuindo, assim, para agravar a degradação do meio ambiente.

Após fazer o apelo, a parlamentar defendeu a aprovação do Projeto de Resolução do Senado 17/07, de sua autoria, que cria o programa Carbono Zero, para reduzir as emissões de gás carbônico nas atividades do Senado. A iniciativa abre a possibilidade de a instituição patrocinar projetos de reflorestamento para sequestro de CO².



Mozarildo (D) acompanha sabatina de Manoel Pereira na Comissão de Relações Exteriores

Embaixador anuncia ampliação de intercâmbios com Nova Zelândia

O Brasil e a Nova Zelândia poderão adotar um novo modelo de visto, que permitirá aos jovens de cada um dos dois países estudar e trabalhar no outro por até um ano. O anúncio foi feito ontem pelo embaixador designado para a Nova Zelândia, ministro de primeira classe Manoel Antônio Pereira, cuja indicação foi aprovada por unanimidade pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Depois dos atentados terroristas nos Estados Unidos e da adoção de restrições à entrada de brasileiros na União Européia, observou Pereira, muitos jovens passaram a escolher a Nova Zelândia como destino não apenas para férias, mas também visando ao aprendizado da língua inglesa.

Segundo o embaixador, existem cerca de 5 mil brasileiros vivendo na Nova Zelândia, dos quais aproximadamente mil tra-

balham irregularmente em resorts turísticos. Até hoje, relatou, não ocorreram reclamações a respeito da situação desses brasileiros.

– Isso talvez se deva ao fato de que a Nova Zelândia vive um momento de prosperidade – disse o diplomata.

Outra questão prioritária no relacionamento bilateral, adiantou ele, será a ampliação do intercâmbio científico durante o 4º Ano Polar Internacional. Pereira reconheceu que o comércio bilateral ainda é modesto – US\$ 83 milhões, nos dois sentidos.

Em seu parecer, o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), relator da mensagem de indicação, ressaltou “a participação extraordinária do embaixador na repatriação de brasileiros que estavam nos Estados Unidos”. A reunião da CRE foi presidida pelos senadores Cristovam Buarque (PDT-DF) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

Flexa Ribeiro: homologação de área indígena pode gerar conflito no Pará

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) repetiu ontem alerta feito em Plenário há quase um mês, chamando a atenção para o processo de homologação da reserva indígena Apyterewa, que, segundo ele, poderá provocar derramamento de sangue. O parlamentar disse que mais de mil pessoas estão reunidas na rodovia PA-279, nas proximidades do município de Tucumã (PA), em protesto contra a homologação da reserva, assinada em 19 de abril pelo presidente Lula. Flexa Ribeiro pediu aos governos federal e do Pará que trabalhem para evitar o conflito.

O senador esclareceu que os colonos – que há muitos anos vivem do que produzem em terras incluídas na reserva – estão indignados com o governo federal, pelo descumprimento de acordo que teria sido firmado em 2005. Na ocasião, disse, índios e não-índios teriam



Para Flexa Ribeiro, governo descumpriu acordo firmado com índios e não-índios

concordado que a homologação somente seria feita após levantamento fundiário da área.

– Os próprios índios já haviam concordado com a manutenção das famílias de colonos. É lamentável que o governo Lula não tenha cumprido a promessa de só homologar a área após o levantamento da situação dos colonos – afirmou Flexa Ribeiro.